

No. 36799

**Brazil
and
Costa Rica**

Agreement in the field of foreign trade, supplementary to the Agreement on technical cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Costa Rica. San José, 4 April 2000

Entry into force: 4 April 2000 by signature, in accordance with article IX

Authentic texts: Portuguese and Spanish

Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 19 July 2000

**Brésil
et
Costa Rica**

Accord dans le domaine du commerce extérieur, complémentaire à l'Accord de coopération technique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Costa Rica. San José, 4 avril 2000

Entrée en vigueur : 4 avril 2000 par signature, conformément à l'article IX

Textes authentiques : portugais et espagnol

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 19 juillet 2000

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERACÃO TÉCNICA
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA DA COSTA RICA NA ÁREA
DE COMÉRCIO EXTERIOR

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Costa Rica
(doravante denominados “Partes”),

Considerando:

Que as relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Costa Rica, de 22 de setembro de 1997;

Que a cooperação técnica na área de comércio exterior reveste-se de especial interesse para as Partes, com base no mútuo benefício e reciprocidade;

Ajustam o seguinte:

ARTIGO I

O presente Ajuste Complementar tem por objetivo desenvolver projetos e atividades de cooperação técnica em temas de interesse mútuo na área de comércio exterior.

ARTIGO II

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

- a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como responsável pela coordenação e acompanhamento dos projetos e atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar;

b) o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior como responsável pela execução dos projetos e atividades decorrentes deste instrumento.

ARTIGO III

O Governo da República da Costa Rica designa:

- a) O Ministério das Relações Exteriores e Culto, como responsável pela coordenação e acompanhamento dos projetos e atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar;
- b) Ministério de Comércio Exterior, como responsável pela execução dos projetos e atividades decorrentes deste instrumento.

ARTIGO IV

Para alcançar o objetivo constante do Artigo I do presente Ajuste Complementar, as Partes fomentarão as seguintes ações:

- a) promoção de treinamento e intercâmbio de técnicos e especialistas nas áreas de interesse mútuo;
- b) realização de visitas de técnicos e especialistas a fim de promover o intercâmbio de experiências e a difusão de informação; e
- c) organização e participação em simpósios, seminários e colóquios em áreas de mútuo interesse.

ARTIGO V

As entidades executoras elaborarão as propostas de projeto de forma coordenada detalhando: os objetivos, justificativa, custos, formas de financiamento, prazos de execução e demais condições. As propostas serão apresentadas às entidades de coordenação em seus respectivos países.

ARTIGO VI

1. Os custos para a implementação dos projetos e atividades serão compartilhados entre as entidades executoras, isto é, as despesas das passagens estarão a cargo de cada Parte que se desloca, e as de alojamento e alimentação estarão a cargo do país anfitrião.

2. Uma vez aprovado um projeto conjunto, será necessária a autorização expressa de ambas as Partes para promover e solicitar a participação e financiamento de organismos internacionais e de terceiros países no projeto. Os países poderão fazer uso de fundos próprios.

ARTIGO VII

1. As entidades executoras elaborarão relatórios semestrais sobre os resultados obtidos nos projetos e atividades decorrentes deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às entidades de coordenação e examinados nas reuniões da Comissão Mista de cooperação, quando forem convocadas.

2. Os documentos elaborados e resultantes dos projetos e das atividades desenvolvidos no contexto deste Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes. A versão oficial dos documentos de trabalho será elaborada no idioma do país de origem do trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes ser expressamente científicas e mencionadas no corpo do documento objeto de publicação.

ARTIGO VIII

Para as questões não previstas neste Ajuste Complementar aplicar-se-ão as disposições de Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica, de 22 de setembro de 1997.

ARTIGO IX

1. O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá validade por um período de 2 (dois) anos, prorrogável pelo mesmo período, salvo se uma das Partes notificar à outra, por via diplomática, com antecedência de 6 (seis) meses à data de expiração, sua intenção de denunciá-lo.

2. A denúncia do presente Ajuste não prejudicará os projetos e atividades em andamento, os quais serão executados até o seu término.

Feito em São José, Costa Rica, em 04 de abril de 2000, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das Relações
Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA COSTA RICA
Roberto Rojas Lopez
Ministro de Relações Exteriores
e Culto

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO COMPLEMENTARIO AL ACUERDO DE COOPERACION
TECNICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL
BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DE COSTA RICA
EN EL AREA DEL COMERCIO EXTERIOR**

EL Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República de Costa Rica, (en adelante denominados "Partes"),

CONSIDERANDO:

Que las relaciones de cooperación han sido fortalecidas y amparadas por el Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República de Costa Rica, del 22 de setiembre de 1997;

Que la cooperación técnica en el área del comercio exterior se reviste de especial interés para las Partes, con la base del mutuo beneficio y reciprocidad;

Acuerdan lo siguiente:

ARTICULO I

El presente Acuerdo Complementario tiene por objetivo desarrollar proyectos y actividades de cooperación técnica en temas de interés mutuo en el área del comercio exterior.

ARTICULO II

El Gobierno de la República Federativa del Brasil designa:

- a) a la Agencia Brasileña de Cooperación del Ministerio de las Relaciones Exteriores (ABC/MRE) como responsable por la coordinación y acompañamiento de los proyectos y actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario;
- b) el Ministerio del Desarrollo, Industria y Comercio Exterior, como responsable de la ejecución de los proyectos y actividades resultantes de este instrumento.

ARTICULO III

El Gobierno de la República de Costa Rica designa:

- a) al Ministerio de las Relaciones Exteriores y Culto, como responsable de la coordinación y acompañamiento de los proyectos y actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario;
- b) El Ministerio de Comercio Exterior, como responsable de la ejecución de los proyectos y actividades resultantes de este instrumento.

ARTICULO IV

Para alcanzar el objetivo constante en el Artículo I del presente Acuerdo Complementario, las Partes fomentarán las siguientes acciones:

- a) promoción para la capacitación e intercambio de técnicos y especialistas en las áreas de interés mutuo;
- b) realización de visitas de técnicos y especialistas a fin de promover el intercambio de experiencias y la difusión de información; y
- c) organización y participación en simposios, seminarios y coloquios en áreas de mutuo interés.

ARTICULO V

Las entidades ejecutoras elaborarán las propuestas de proyecto de forma coordinada detallando: los objetivos, justificación, costos, formas de financiamiento, plazos de ejecución y demás condiciones. Las propuestas serán presentadas a las entidades de coordinación en sus respectivos países.

ARTICULO VI

1. Los costos para la implementación de los proyectos y actividades serán compartidos entre las Entidades Ejecutoras, esto es, los gastos de pasaje estarán a cargo de cada Parte que se desplaza, y las de alojamiento y alimentación estarán a cargo del país anfitrión.

2. Una vez aprobado un proyecto conjunto, será necesaria la autorización expresa de ambas Partes para promover y solicitar la participación y financiamiento de organismos internacionales y de terceros países en el proyecto. Los países podrán hacer uso de fondos propios.

ARTICULO VII

1. Las entidades ejecutoras elaborarán informes semestrales sobre los resultados obtenidos en los proyectos y actividades transcurridos de este Acuerdo Complementario, los cuales serán presentados a las entidades de coordinación y examinados durante las reuniones de la Comisión Mixta de Cooperación, cuando fuesen convocados.
2. Los documentos elaborados y resultantes de los proyectos y de las actividades desarrolladas en el contexto de este Acuerdo Complementario serán de propiedad conjunta de las Partes. La versión oficial de los documentos de trabajo será elaborada en el idioma del país de origen del trabajo. En el caso de publicación de los referidos documentos, deberán las Partes ser expresamente notificadas y mencionadas en el texto del documento objeto de publicación.

ARTICULO VIII

Para las cuestiones no previstas en este Acuerdo Complementario se les aplicará las disposiciones del Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República de Costa Rica, del 22 de setiembre de 1997.

ARTICULO IX

1. El Presente Acuerdo Complementario entrará en vigencia en la fecha de su firma y tendrá validez por un periodo de 2 (dos) años, prorrogable por el mismo periodo, salvo si una de las Partes notifica a la otra, por vía diplomática, con anterioridad de 6 (seis) meses a la fecha de expiración, su intención de denunciarlo.

2. La denuncia del presente Acuerdo Complementario no perjudicará los proyectos y actividades en trámite, los cuales serán ejecutados hasta su término.

Hecho en San José, Costa Rica, el 4 de abril del 2000, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.



Por el Gobierno de la República
Federativa del Brasil



Por el Gobierno de la República
de Costa Rica

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT IN THE FIELD OF FOREIGN TRADE SUPPLEMENTARY TO
THE AGREEMENT ON TECHNICAL COOPERATION BETWEEN THE
GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND
THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF COSTA RICA

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Costa Rica (hereinafter referred to as "the Parties"),

Considering:

That cooperative relations have been strengthened and furthered by the Agreement on Technical Cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Costa Rica of 22 September 1997,

That technical cooperation on foreign trade is of special interest to the Parties on the basis of mutual advantage and reciprocity,

Have agreed as follows:

Article I

The purpose of this Supplementary Agreement is to execute technical cooperation projects and activities on issues of mutual interest concerning foreign trade.

Article II

The Government of the Federative Republic of Brazil hereby designates:

- (a) The Brazilian Cooperation Agency of the Ministry of Foreign Affairs (ABC/MRE) to be responsible for the coordination and follow-up of projects and activities carried out under this Supplementary Agreement;
- (b) The Ministry of Development, Industry and Foreign Trade to be responsible for the implementation of projects and activities carried out under this instrument.

Article III

The Government of the Republic of Costa Rica hereby designates:

- (a) The Ministry of Foreign Affairs and Worship to be responsible for the coordination and follow-up of projects and activities carried out under this Supplementary Agreement;
- (b) The Ministry of Foreign Trade to be responsible for the implementation of projects and activities carried out under this instrument.

Article IV

In order to achieve the objective set forth in Article I of this Supplementary Agreement, the Parties shall encourage the following actions:

- (a) Training and exchanges of experts and specialists in areas of mutual interest;
- (b) Visits by experts and specialists in order to encourage the exchange of experience and the dissemination of information; and
- (c) Organization and participation in symposiums, seminars and colloquiums on matters of mutual interest.

Article V

The executing agencies shall formulate project proposals in a coordinated manner specifying: the objectives, justification, costs, manner of financing, timetable for implementation and other conditions. Proposals shall be submitted to the coordinating agencies in their respective countries.

Article VI

1. The costs involved in implementing the projects and activities shall be shared between the Executing Agencies, that is to say, travel expenses shall be borne by the Party doing the travelling and accommodation and food shall be borne by the host country.
2. Once a joint project has been approved it must be specifically authorized by both Parties before any participation or financing can be received or requested from international agencies and third countries. Countries may use their own funds.

Article VII

1. The executing entities shall, every six months, prepare reports on the results obtained by the projects and activities carried out under this Supplementary Agreement; these reports shall be submitted to the coordinating entities and considered by the Joint Cooperation Commission when meetings are convened.
2. Documents prepared and arising from the projects and activities carried out in the context of this Supplementary Agreement shall be the joint property of the Parties. The official text of the working papers shall be prepared in the language of the country where the work originated. In the event that said documents are published, the Parties shall be specifically notified and mentioned in the text of the document being published.

Article VIII

Matters not covered by this Supplementary Agreement shall be dealt with under the provisions of the Agreement on Technical Cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Costa Rica of 22 September 1997.

Article IX

1. The present Supplementary Agreement shall enter into force on the date it is signed and shall remain in force for a period of two (2) years; it may be renewed for a further two-year period unless either Party notifies the other, through the diplomatic channel six (6) months prior to the date of expiry, of its intention to terminate it.

2. Termination of this Supplementary Agreement shall not affect the continued implementation of projects or activities that are in progress; these shall be completed.

Done at San Jose, Costa Rica, on 4 April 2000, in duplicate in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA
 Minister for Foreign Affairs

For the Government of the Republic of Costa Rica:

ROBERTO ROJAS LÓPEZ
 Minister for Foreign Affairs and Worship

[TRANSLATION - TRADUCTION]

**ARRANGEMENT DANS LE DOMAINE DU COMMERCE EXTÉRIEUR,
COMPLÉMENTAIRE À L'ACCORD DE COOPÉRATION TECHNIQUE
ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU
BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU COSTA
RICA**

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Costa Rica (ci-après dénommés "les Parties"),

Considérant :

Que leurs rapports en matière de coopération ont été renforcés et protégés par l'Accord de coopération technique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Costa Rica, du 22 septembre 1997;

Que la coopération technique dans le domaine du commerce extérieur revêt un intérêt particulier pour les Parties, sur la base de l'avantage mutuel et de la réciprocité;

Convient comme suit :

Article premier

Le présent Arrangement complémentaire a pour objectif d'élaborer des projets et activités de coopération technique touchant des questions d'intérêt commun dans le domaine du commerce extérieur.

Article II

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil désigne :

a) L'Agence brésilienne de coopération du Ministère des relations extérieures (ABC/MRE) comme organisme chargé de la coordination et de l'accompagnement des projets et activités découlant du présent Arrangement complémentaire;

b) Le Ministère du développement, de l'industrie et du commerce extérieur comme organisme chargé de l'exécution des projets et activités découlant du présent instrument.

Article III

Le Gouvernement de la République du Costa Rica désigne :

a) Le Ministère des relations extérieures et du culte comme organisme chargé de la coordination et de l'accompagnement des projets et activités découlant du présent Arrangement complémentaire;

b) Le Ministère du commerce extérieur comme organisme chargé de l'exécution des projets et activités découlant du présent instrument.

Article IV

En vue de réaliser l'objectif mentionné à l'article premier du présent Arrangement complémentaire, les Parties favorisent les actions suivantes :

- a) Promotion de la formation et échange de techniciens et spécialistes dans des domaines d'intérêt mutuel;
- b) Réalisation de visites de techniciens et spécialistes, afin de promouvoir l'échange de résultats d'expérience et la diffusion de l'information; et
- c) Organisation de colloques, séminaires et symposiums dans des domaines d'intérêt commun, et participation à ces travaux.

Article V

Les organismes d'exécution élaborent les propositions de projet en détaillant les objectifs, la justification, les coûts, les formes de financement, les délais d'exécution et les autres conditions. Ils présentent ces propositions aux organes de coordination de leur pays respectif.

Article VI

1. Les coûts nécessaires à la mise en oeuvre des projets et activités sont répartis entre les organes d'exécution, les frais de voyage étant à la charge de la Partie qui se déplace et les frais d'hébergement et de subsistance à la charge du pays d'accueil.
2. Une fois approuvé un projet commun, l'autorisation expresse des deux Parties est nécessaire pour promouvoir et solliciter la participation au projet et le financement d'organismes internationaux et de tiers pays. Les pays peuvent employer des fonds propres.

Article VII

1. Les organismes d'exécution établissent et transmettent aux organismes de coordination des rapports semestriels sur les résultats obtenus par les projets et activités découlant du présent Arrangement complémentaire, rapports qui sont examinés à l'occasion des réunions éventuelles de la Commission mixte de coopération.

2. Les documents concernant ou résultant des projets élaborés dans le contexte du présent Arrangement complémentaire appartiennent en commun aux Parties. La version officielle des documents de travail est rédigée dans la langue du pays d'origine des travaux. Si lesdits documents sont publiés, il doit être fait expressément mention, en note et dans le corps du texte, des Parties dûment identifiées.

Article VIII

Toute question qui n'est pas prévue dans le présent Arrangement complémentaire relève des dispositions de l'Accord de coopération technique entre le Gouvernement de la

République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Costa Rica, du 22 septembre 1997.

Article IX

1. Le présent Arrangement complémentaire entre en vigueur à la date de sa signature pour une période de deux ans et il est renouvelable pour une période de même durée à moins que l'une des Parties ne通知 à l'autre, par la voie diplomatique, six mois avant qu'il n'expire, son intention de le dénoncer.

2. La dénonciation du présent Arrangement ne porte pas préjudice aux projets et activités en cours, dont l'exécution est menée à terme.

Fait à San José (Costa Rica), le 4 avril 2000, en deux exemplaires originaux, en portugais et en espagnol, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :
Le Ministre d'État aux relations extérieures,
LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement de la République du Costa Rica :
Le Ministre des relations extérieures et du culte,
ROBERTO ROJAS LÓPEZ

